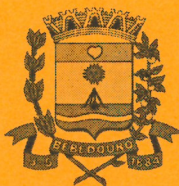


ANO 2012

PROCESSO Nº



Câmara Municipal de Bebedouro

SECRETARIA

ESPÉCIE Projeto de Lei nº 21/2012

OBJETO Dá nova redação ao art. 1º da Lei Municipal nº 2.238, de 29
de dezembro de 1992, que especifica e dá outras providências.

Apresentado em sessão do dia 27/02/2012

Autoria Poder Executivo

Encaminhamento às Comissões de

Prazo final

Aprovado em 05 / 03 / 2012

Rejeitado em / /

Autógrafo de Lei nº 4393/2012

Lei nº 4441 de 7 de Março de 2012

Projeto de Lei nº 21/2012

PREFEITURA MUNICIPAL DE BEBEDOURO

LEI Nº 4441 DE 07 DE MARÇO DE 2012

Dá nova redação ao art. 1º da Lei Municipal n. 2.238, de 29 de dezembro de 1992, que especifica e dá outras providências.

O **Prefeito Municipal de Bebedouro**, usando de suas atribuições legais, Faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele promulga a seguinte Lei:

Art. 1º O art. 1º da Lei Municipal n. 2.238, de 29 de dezembro de 1992, passa a vigorar com a seguinte redação:

Art. 1º Fica o Poder Executivo autorizado a dar em concessão de uso, pelo prazo de 40 (quarenta) anos, para funcionamento das atividades da Associação dos Deficientes Físicos, um imóvel de propriedade da municipalidade localizado na Avenida Oswaldo Perrone n. 489, Jardim Progresso, nesta cidade de Bebedouro, estado de São Paulo.

Art. 2º Os demais artigos da Lei Municipal n. 2.238, de 29 de dezembro de 1992, permanecem inalterados.

Art. 3º As despesas decorrentes da presente lei correrão por conta de dotações próprias, existentes no orçamento vigente, suplementadas, se necessário.

Art. 4º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Bebedouro, 07 de março de 2012.

João Batista Bianchini
Prefeito Municipal

Publicada na Secretaria da Prefeitura a 07 de março de 2012.

Ivanira A de Souza
Escrituraria

“Deus seja Louvado”





CÂMARA MUNICIPAL DE BEBEDOURO

OEC/052/2012 - je

Bebedouro, Capital Nacional da Laranja, 06 de março de 2012.

Senhor Prefeito,

Comunico-lhe que na sessão ordinária realizada ontem, dia 05/03, foi aprovado o Projeto de Lei n. 21/2012, de autoria do Poder Executivo.

Para prosseguimento do processo legislativo, encaminho-lhe em anexo o Autógrafo de Lei de n. 4393/2012.

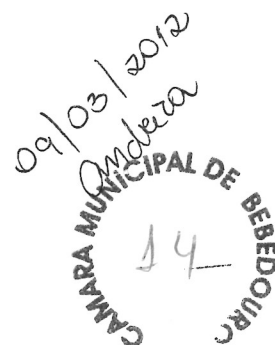
Atenciosamente.


Carlos Renato Serotini
PRESIDENTE

Excelentíssimo Senhor
João Batista Bianchini
PREFEITO MUNICIPAL
BEBEDOURO - SP

“Deus Seja Louvado”

Rua Lucas Evangelista, 652 - Fone (17) 3345-9200 - CEP 14700-425
BEBEDOURO - ESTADO DE SÃO PAULO





CÂMARA MUNICIPAL DE BEBEDOURO

ESTADO DE SÃO PAULO
www.camarabebedouro.sp.gov.br

AUTÓGRAFO DE LEI Nº 4393/2012

Dá nova redação ao art. 1º da Lei Municipal n. 2.238, de 29 de dezembro de 1992, que especifica e dá outras providências.

De autoria do Poder Executivo

A MESA DA CÂMARA MUNICIPAL DE BEBEDOURO/ESTADO DE SÃO PAULO, usando de suas atribuições legais, regimentais e constitucionais, faz saber que a Câmara Municipal aprovou a seguinte Lei:

Art. 1º O art. 1º da Lei Municipal n. 2.238, de 29 de dezembro de 1992, passa a vigorar com a seguinte redação:

Art. 1º Fica o Poder Executivo autorizado a dar em concessão de uso, pelo prazo de 40 (quarenta) anos, para funcionamento das atividades da Associação dos Deficientes Físicos, um imóvel de propriedade da municipalidade localizado na Avenida Oswaldo Perrone n. 489, Jardim Progresso, nesta cidade de Bebedouro, estado de São Paulo.

Art. 2º Os demais artigos da Lei Municipal n. 2.238, de 29 de dezembro de 1992, permanecem inalterados.

Art. 3º As despesas decorrentes da presente lei correrão por conta de dotações próprias, existentes no orçamento vigente, suplementadas, se necessário.

Art. 4º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Bebedouro, Capital Nacional da Laranja, 05 de março de 2012.


Carlos Renato Serotine
PRESIDENTE


Nelson Sanchez Filho
1º SECRETÁRIO


Sebastiana Maria R. T. de Camargo
2ª SECRETÁRIA

“Deus Seja Louvado”





CÂMARA MUNICIPAL DE BEBEDOURO

ESTADO DE SÃO PAULO
www.camarabebedouro.sp.gov.br

COMISSÃO DE ASSUNTOS GERAIS

Parecer da Comissão de Assuntos Gerais ao Projeto de Lei n. 21/2012, de autoria do Poder Executivo.

Ementa: Dá nova redação ao art. 1º da Lei Municipal n. 2.238, de 29 de dezembro de 1992, que especifica e dá outras providências.

A Relatora da Comissão de Assuntos Gerais da Câmara Municipal de Bebedouro, feita a leitura e a análise da propositura, decide emitir parecer de

regular do art.

Sala das Comissões, 01 de março de 2012.

[Handwritten signature]
Sebastiana Maria R. T. de Camargo
RELATORA

[Handwritten signature]
Carlos Alberto Costa
PRESIDENTE

O Presidente e o Membro acolhem o parecer emitido pela Relatora.

[Handwritten signature]
Antonio Sampaio
MEMBRO





CÂMARA MUNICIPAL DE BEBEDOURO

ESTADO DE SÃO PAULO
www.camarabebedouro.sp.gov.br

COMISSÃO DE FINANÇAS E ORÇAMENTO

Parecer da Comissão de Finanças e Orçamento ao **Projeto de Lei n. 21/2012**, de autoria do Poder Executivo.

Ementa: Dá nova redação ao art. 1º da Lei Municipal n. 2.238, de 29 de dezembro de 1992, que especifica e dá outras providências.

O Relator da Comissão de Finanças e Orçamento da Câmara Municipal de Bebedouro, feita a leitura e a análise da propositura, decide emitir parecer de

Rodrigo da Silva

Sala das Comissões, 01 de março de 2012.

Rodrigo da Silva
Rodrigo da Silva
RELATOR

Nelson Sanchez Filho
Nelson Sanchez Filho
PRESIDENTE

O Presidente e o Membro acolhem o parecer emitido pelo Relator.

Jesus Martins
Jesus Martins
MEMBRO





CÂMARA MUNICIPAL DE BEBEDOURO

ESTADO DE SÃO PAULO
www.camarabebedouro.sp.gov.br

COMISSÃO DE JUSTIÇA E REDAÇÃO

Parecer da Comissão de Justiça e Redação ao Projeto de Lei n. 21/2012,
de autoria do Poder Executivo.

Ementa: Dá nova redação ao art. 1º da Lei Municipal n. 2.238, de 29 de dezembro de 1992, que especifica e dá outras providências.

O Relator da Comissão de Justiça e Redação da Câmara Municipal de Bebedouro, feita a leitura e a análise da propositura, decide emitir parecer de

LEGALIZADO E CONSTITUCIONÁLICO.

Sala das Comissões, 01 de março de 2012.


José Baptista de Carvalho Neto
RELATOR


Paulo Aurélio Bianchini
PRESIDENTE

O Presidente e o Membro acolhem o parecer emitido pelo relator.


Valdeci Ramos de Castro
MEMBRO





CÂMARA MUNICIPAL DE BEBEDOURO

ESTADO DE SÃO PAULO
C.N.P.J. 49.159.668/0001-75

www.camarabebedouro.sp.gov.br

PROJETO DE LEI Nº 21/2012: Dá nova redação ao art. 1º, da Lei Municipal nº 2.238, de 29 de dezembro de 1992, que especifica e dá outras providências.

PARECER DO ASSISTENTE JURÍDICO LEGISLATIVO

Diante das atribuições pertinentes ao Assistente Jurídico - Legislativo passo a emitir meu parecer acerca do PROJETO DE LEI em epígrafe, o qual dá redação ao art. 1º, da Lei Municipal nº 2.238, de 29 de dezembro de 1992, e isto para autorizar a “**prorrogação**” por mais 20 (vinte) anos da “concessão de uso” autorizada inicialmente pela Lei Municipal nº 2.238/1992.

Isto posto, passo a dar meu parecer.

EXAME DO REPERTÓRIO LEGAL

DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL DE 1988.

Na espécie que o parecer focaliza, é claro o artigo 30, inciso I, da CF/88 no que concerne a competência do Município em legislar sobre assuntos de interesse local, de tal modo que noto claramente a competência municipal para legislar acerca da matéria trazida a baila pelo presente PROJETO DE LEI que versa acerca de autorização a “**prorrogação**” do USO ESPECIAL de bem público municipal.

DA LEI ORGÂNICA DO MUNICÍPIO DE BEBEDOURO

Feito este balizamento, temos que a própria LOMB estabelece que compete ao município legislar sobre o assunto em tela, conforme assentado no artigo 11, inciso VII, que reza:

ART. 11 - Compete ao Município legislar sobre assuntos de interesse local, tendo como objetivo o bem estar de sua população e o pleno desenvolvimento de suas funções sociais, cabendo-lhe privativamente, entre outras, as seguintes atribuições:

VII - dispor sobre a administração, uso e alienação de seus bens, atendido sempre o interesse público;

Por seu turno, existe no âmbito do “direito público” o instituto do USO ESPECIAL DE BEM PÚBLICO que se resume na utilização do bem público por um particular.

“**Uso especial** é todo aquele que, por um título individual, a Administração atribui a determinada pessoa para fruir de um bem público com exclusividade, nas condições convencionadas.” (vide Hely Lopes Meirelles - Direito Municipal Brasileiro – 14ª edição – Malheiros Editores, pág. 308)

Referida utilização poderá se dar via do instituto da CONCESSÃO DE USO conforme ensina-nos o sempre festejado Mestre Hely Lopes Meirelles:

Erroneamente as Administrações têm feito concessões remuneradas de uso de seus bens sob a imprópria

“Deus seja louvado”





CÂMARA MUNICIPAL DE BEBEDOURO

ESTADO DE SÃO PAULO
C.N.P.J. 49.159.668/0001-75

www.camarabebedouro.sp.gov.br

denominação de locação, pretendendo submetê-las ao Código Civil ou às leis do inquilinato e até mesmo à lei de locações para fins comerciais, o que é inadmissível tratando-se de uso especial de bem público. Também não se deve confundir a **concessão gratuita de uso** com o **comodato**, pois são institutos diferentes e sujeitos a normas diversas. A locação e o comodato são contratos de direito privado, impróprios e inadequados para a atribuição de uso especial de bem público a particular, em seu lugar, deve ser sempre adotada a concessão de uso, remunerada ou gratuita, conforme o caso. (vide Direito Municipal Brasileiro – 14ª edição – Malheiros Editores, pág. 312/313)

Nesse sentido, até mesmo a Lei Orgânica em artigo 119, dispõe que o *Município, preferencialmente à venda ou doação de bens imóveis, outorgará a **concessão de uso**, mediante autorização legislativa, respeitada a legislação federal pertinente.*

Segue esclarecendo o ilustre Hely Lopes Meirelles, em sua obra, Direito Municipal Brasileiro, editora Malheiros Editores Ltda, 9ª edição, página 231, o seguinte:

***Concessão de uso** de bem público é o contrato administrativo pelo qual o Poder Público outorga a utilização exclusiva de um bem de seu domínio a um particular, para que o explore por sua conta e risco, segundo a sua específica destinação. O que caracteriza a concessão de uso e a distingue dos institutos assemelhados (autorização e permissão de uso) é o transpasse contratual e estável da utilização do bem público, para que o particular concessionário explore-o consoante a sua destinação legal e nas condições convencionadas com a Administração concedente.*

Desta feita, se observado não só art. 121 da LOMB:

*ART. 121 - O uso dos bens municipais por terceiros poderá ser feito por **concessão**, permissão ou autorização, conforme o caso e o interesse público, devidamente justificado, o exigir, garantindo-se, em qualquer hipótese, a preservação do meio ambiente e do patrimônio histórico-cultural.*

*§1º - A **concessão** administrativa dos bens públicos de uso dominial **dependerá de lei e licitação**, e far-se-á mediante contrato, sob pena de nulidade do ato.*

§2º - A concessão administrativa de bens de usos comum do povo e de uso especial somente poderá ser outorgada mediante autorização legislativa e licitação.

mas também a Lei Federal nº 8.666/93:

*Como em todo contrato administrativo, na **concessão de uso** também prevalece o interesse público sobre o do particular, sendo admitidas as cláusulas exorbitantes.*

A concessão deve ser precedida de autorização legal e licitação na modalidade de concorrência (art. 21, §1º, do De

“Deus seja louvado”





CÂMARA MUNICIPAL DE BEBEDOURO

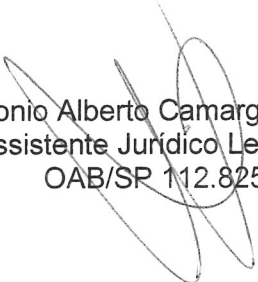
ESTADO DE SÃO PAULO
C.N.P.J. 49.159.668/0001-75
www.camarabebedouro.sp.gov.br

Lei nº 2.300/86). - Celso Ribeiro Bastos, em sua obra, Curso de Direito Administrativo, Editora Saraiva, 4ª edição, página 311

não vejo qualquer vício de competência ou legalidade que possa desnaturar a pretensão contida no presente PROJETO DE LEI.

É o meu parecer, s.m.j..

Bebedouro, Capital Nacional da Laranja, 23 de fevereiro de 2012.


Antonio Alberto Camargo Salvatti
Assistente Jurídico Legislativo
OAB/SP 112.825.

“Deus seja louvado”





Bebedouro, capital nacional da laranja, 16 de fevereiro de 2012.

OEP/ 083 /2012/rd

EXPOSIÇÃO DE MOTIVOS

Senhor Presidente,

Dirigimo-nos a este Legislativo, solicitando que os senhores vereadores analisem e procedam a aprovação do projeto em apreço.

Trata-se de Projeto de Lei que tem como finalidade dar nova redação ao art. 1º da Lei Municipal nº 2.238, de 29 de dezembro de 1992, que dispõe sobre a concessão de uso de imóvel que especifica.

A alteração pretendida é necessária, pois visa prorrogar prazo de concessão de uso para que a entidade concessionária possa continuar utilizando o imóvel concedido por mais 20 (vinte) anos.

Quanto ao ponto, é certo ainda, que a prorrogação pretendida possibilitará a utilização do imóvel pela entidade para fins institucionais, pois é público e notório que a entidade presta relevante serviços ao Município.

Eram estes os motivos que havíamos a relatar à pessoa do Senhor Ilustre Presidente e demais Agentes Políticos deste Legislativo, colocando-nos à disposição para maiores



PREFEITURA MUNICIPAL DE BEBEDOURO

Estado de São Paulo

ADMINISTRAÇÃO 2009/2012

esclarecimentos, que se fizerem necessários.

Sem mais para o momento, ficamos no aguardo da necessária aprovação do projeto em apreço, aproveitando a oportunidade, para uma vez mais, remeter nossos votos de elevada estima e distinta consideração.

Atenciosamente,


JOÃO BATISTA BIANCHINI
Prefeito Municipal de Bebedouro

CMB22739/2012 17/02/12 16:54:11

AO EXMO. SR.

CARLOS RENATO SEROTINE

DD PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE BEBEDOURO

N E S T A.

“Deus Seja Louvado”



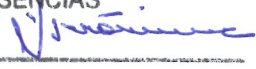


PREFEITURA MUNICIPAL DE BEBEDOURO

Estado de São Paulo

ADMINISTRAÇÃO 2009/2012

PROJETO DE LEI Nº 21 /2012.

APROVADO EM 05/03/12
08 VOTOS FAVORÁVEIS
1 VOTOS CONTRÁRIOS
01 ABSTENÇÕES
01 AUSÊNCIAS

Carlos Renato Serotine
PRESIDENTE

**DÁ NOVA REDAÇÃO AO ART. 1º DA
LEI MUNICIPAL Nº 2.238, DE 29 DE
DEZEMBRO DE 1992, QUE
ESPECIFICA E DÁ OUTRAS
PROVIDÊNCIAS.**

JOÃO BATISTA BIANCHINI, Prefeito
Municipal de Bebedouro, no uso de suas atribuições legais,

Faço saber que a Câmara Municipal de
Bebedouro aprovou e eu promulgo a seguinte Lei:

Art. 1º O art. 1º da Lei Municipal nº 2.238,
de 29 de dezembro de 1992, passa a vigorar com a seguinte redação:

Art. 1º Fica o Poder Executivo autorizado a dar em concessão de uso, pelo prazo de 40 (quarenta) anos, para funcionamento das atividades da Associação dos Deficientes Físicos, um imóvel de propriedade da municipalidade localizado na Avenida Oswaldo Perrone, nº 489, Jardim Progresso, nesta cidade de Bebedouro, Estado de São Paulo.

Art. 2º Os demais artigos da Lei Municipal nº 2.238, de 29 de dezembro de 1992, permanecem inalterados.

Art. 3º As despesas decorrentes com a presente Lei correrão por conta de dotações próprias, existentes no orçamento vigente, suplementadas, se necessário.

“Deus Seja Louvado”





PREFEITURA MUNICIPAL DE BEBEDOURO

Estado de São Paulo

ADMINISTRAÇÃO 2009/2012

Art. 4º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Bebedouro, 16 de
fevereiro de 2012.


JOÃO BATISTA BIANCHINI
Prefeito Municipal de Bebedouro

AUSENTE DA SESSÃO

Vereador(es)

JESUS MARTINS
VEREADOR



ASSOCIAÇÃO DOS DEFICIENTES DE BEBEDOURO

Av. Osvaldo Perrone, 489 - Jd. Progresso – Fone (17) 3342-4000
CEP 14.706-064 – Bebedouro-SP - CNPJ 57.713.174/0001-19
Utilidade Pública - Lei Municipal nº 1921 de 08.11.82
adb@mdbrasil.com.br

Bebedouro, 16 de fevereiro de 2012.

Ofício nº. 10/2012

Assunto: solicitação de renovação de concessão de uso

A Associação dos Deficientes de Bebedouro vem através do presente solicitar a renovação da concessão de uso do imóvel de propriedade da Prefeitura Municipal de Bebedouro, conforme disposto em lei no. 2238 de 29 de dezembro de 1992 (cópia em anexo), imóvel este utilizado como sede da referida entidade.

Sendo o que havia para o momento, colocamo-nos à disposição para quaisquer providências e ou informações e despedimo-nos, reiterando na oportunidade nossos protestos de estima e consideração

Atenciosamente,

Maria Costa Mazzuco
Presidente
Assoc. dos Defic. de Bebedouro

Débora Lopes de Souza Silveira
Vice-Presidente
Assoc. dos Defic. de Bebedouro

Exmo. Senhor
Dr. Rodrigo Domingos
Departamento Jurídico
Prefeitura Municipal de Bebedouro
Em mãos





LEI Nº 2238, DE 29 DE DEZEMBRO DE 1992.

Dispõe sobre concessão de uso de imóvel que especifica.

Edne José Piffer, Prefeito Municipal de Bebedouro, usando de suas atribuições legais

Faço saber que a Câmara Municipal aprovou e eu promulgo a seguinte Lei:

ARTIGO 1º - Fica o Poder Executivo autorizado a dar em concessão de uso, pelo prazo de 20(vinte) anos, para funcionamento das atividades da Associação dos Deficientes Físicos, um imóvel de propriedade da municipalidade localizado na Av. Oswaldo Perrone na Quadra 138-089 - lotes 161 e 198.

ARTIGO 2º - A manutenção do imóvel mencionado no artigo 1º desta Lei, ficará sob a responsabilidade da referida entidade.

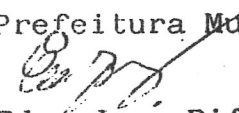
ARTIGO 3º - O imóvel ora cedido, terá a finalidade exclusiva prevista no artigo 1º desta Lei.

ARTIGO 4º - Caso a entidade não cumpra o disposto nos artigos 1º e 3º desta Lei, será cassada a concessão de uso do imóvel.

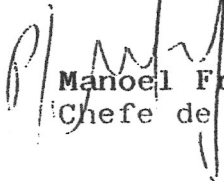
ARTIGO 5º - As despesas decorrentes com a execução da presente Lei, correrão por conta de dotações próprias, consignadas no orçamento vigente, suplementadas se necessário for.

ARTIGO 6º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Bebedouro, 29 de dezembro de 1992.


Edne José Piffer
Prefeito Municipal

Publicada na Secretaria da Prefeitura Municipal, a 29 de dezembro de 1992.


Manoel Franco da Costa
Chefe de Gabinete